

**Despacho (extracto) n.º 15475/2011**

Por despacho de 3 de Novembro de 2011, do Director-Geral dos Serviços Prisionais, torna-se público que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 2 do artigo 73.º, o n.º 1 do artigo 75.º, e n.º 1 do artigo 76.º, todos do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 9/2008, de 11 de Setembro, em conjugação com a cláusula 6.ª do Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1/2009, de 24 de Setembro e do n.º 1 do artigo 1.º do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, de 1 de Março, concluíram com sucesso, o período experimental, na categoria de assistente técnico, na sequência da celebração, com esta Direcção-Geral, do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, os seguintes trabalhadores:

| Nome  | Valores |
|---|---------|
| Joaquim António Verga dos Santos . . . . .      | 14      |
| Maria José da Costa Fernandes Sustelo . . . . . | 18      |

4 de Novembro de 2011. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.  
205329877

**Instituto das Tecnologias de Informação  
na Justiça, I. P.**

**Aviso n.º 22419/2011**

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final, a seguir discriminada, dos candidatos aprovados e excluídos no concurso interno de acesso geral para provimento de 3 lugares de especialista de informática de grau 1, nível 2, área de desenvolvimento de sistemas de informação, para contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, aberto pelo Aviso n.º 14683/2011 no D.R. 2.ª série n.º 140, de 22 de Julho de 2011, a qual foi homologada por Despacho de 12 de Outubro de 2011, do Presidente do Conselho Directivo:

Candidatos aprovados:

André Filipe Barata Pereira Gonçalves — 12,77 valores

Candidatos excluídos:

Maria José Garcia Reis — a)

a) Por não ter comparecido à prova de conhecimentos

Assim e para os efeitos do disposto no artigo 36.º da referida portaria, a lista unitária de ordenação final homologada será afixada nas instalações do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça e publicitada na respectiva página electrónica.

12 de Outubro de 2011. — O Director do Departamento de Administração Geral, *Álvaro Pires*.

205330986

**Aviso n.º 22420/2011**

Para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que se procedeu, em 02 de Novembro de 2011, à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e após ter sido obtida a confirmação de cabimento orçamental da Direcção-Geral do Orçamento, com efeitos a partir dessa data, com André Filipe Barata Pereira Gonçalves, na sequência de procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 14683/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 22 de Julho, para ocupação de 1 posto de trabalho na categoria de especialista de informática de grau 1, nível 2, da carreira Especialista de Informática, do mapa de pessoal do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, ficando posicionado no índice 520 do Mapa 1, a que se refere o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março.

4 de Novembro de 2011. — O Director do Departamento de Administração Geral, *Álvaro Pires*.

205329293

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO****Autoridade de Segurança Alimentar e Económica****Aviso n.º 22421/2011**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 17.º da lei preambular e artigo 72.º do Anexo I do RCTFP (Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro) torna-se público que se procedeu em 01 de Novembro de 2011, à celebração de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, com efeitos à mesma data, na sequência do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 5126/2011, publicado no *Diário da República* n.º 36, de 21 de Fevereiro de 2011, para o preenchimento de um posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal desta Autoridade, em obediência ao disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 54.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 55.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, para exercer funções na Direcção Regional do Algarve da ASAE, na carreira e categoria de Assistente Técnico, com a seguinte trabalhadora:

Liliana Patrícia Ferreira Magalhães, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria e 5.º nível remuneratório, da tabela remuneratória única.

2 de Novembro de 2011. — Em substituição do Sr. Inspector-Geral, nos termos do n.º 6 do Despacho n.º 22215/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 184 de 24/09/2007, *Francisco Dias Lopes*, Subinspector-geral.

205332021

**Despacho n.º 15476/2011**

Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia são recrutados, por procedimento concursal, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de Agosto, n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro e, no caso da ASAE, em conformidade com o disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 274/2007, de 30 de Julho;

Considerando por sua vez o artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de Agosto, n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, permite a nomeação em regime de substituição, dos cargos de direcção intermédia, tendo em vista a criação das condições essenciais ao normal funcionamento do serviço público;

Considerando que situações de transitoriedade em organismos como a ASAE devem ser as mais curtas possíveis dado que o desenvolvimento das actividades de fiscalização e inspecção e a condução de investigações de processos crime devem ser acompanhadas sem interrupções;

Considerando que, em face da vacatura de diversos cargos de direcção intermédia de 1.º e 2.º graus até ao respectivo preenchimento por titulares recrutados através de adequados procedimentos concursais, legalmente previstos, não é possível deixar de proceder à nomeação em regime de substituição, por forma a garantir a continuidade das actividades decorrentes das missões atribuídas àquelas unidades orgânicas;

Considerando que os trabalhadores abaixo mencionados possuem o perfil profissional, curricular e experiência profissional, adequado à garantia da continuidade das actividades e tarefas das unidades orgânicas já mencionadas;

Determino:

A nomeação em regime de substituição, com efeitos a 1 de Agosto de 2011, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de Agosto, n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, dos seguintes trabalhadores:

A Inspectora Chefe da Delegação de Santarém, licenciada Rute Alexandra de Carvalho Frazão Serra, para exercer as funções em regime de substituição de Inspectora-Directora da Direcção Regional do Norte;

A Coordenadora SEGAL da Direcção Regional do Algarve, inspectora Maria Cristina Costa Mendes Victor, para exercer as funções em regime de substituição de Inspectora-Directora da Direcção Regional do Centro;

A Chefe de Divisão do Gabinete de Inspeção e Assuntos Internos (GIAI), inspectora Filipa Maria Sampaio de Melo Vasconcelos e Brazão Montes, para exercer as funções em regime de substituição de Inspectora-Chefe da Delegação de Santarém da DRLVT.

A inspectora Maria Natércia Gomes Sousa, Chefe de Divisão do Gabinete de Estudos e Organização (GEO) passa exercer as funções, em acumulação, ao abrigo do n.º 5 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 51/2005,